



RONDÔNIA
Governo do Estado



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
Av. Farquar c/Pio XII, Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Jamari, 5º andar. CEP: 76.801.470
Fone: (69) 3216.7265 – 3216-7244 / Fax: 3216.7266
CNPJ: 04.285.920/0001-54

Processo Administrativo nº 01-1420.01310-0000/2016
Concorrência Pública nº 032/16/CPLO/SUPEL/RO.
Objeto: Construção da Passarela do Espaço Alternativo.

PARECER TÉCNICO

Trata o presente, de uma análise técnica solicitada pela SUPEL (Fl. 783), através do Ofício nº 2733/2016/SUPEL/RO, tendo em vista o instrumento interposto pelo interessado no certame.

Em síntese, a empresa “TROL – Técnica Rondônia de Obras LTDA” Impugna o Edital solicitando análise e consideração quanto a itens considerados como incoerentes e de conflitos constantes no Edital.

Vieram os autos para análise deste corpo técnico.

Este o relatório. Passo às análises.

1. DA IMPUGNAÇÃO

Transcrevo abaixo a solicitação formal da empresa através do Ofício nº 3741/16-Trol (Fl. 784/), junto aos autos a Empresa anexou: cópia da planilha orçamentária da obra com os percentuais da obra, cópia da pag. 12 do Edital, cópia da Justificativa Decisória-DER, acostada aos autos do processo Fls. 784/790. Vejamos:

TECNICA RONDÔNIA DE OBRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.687.657/0001-67, através de seu sócio administrador, vêm, mui respeitosamente, à elevada presença de V.S., IMPUGNAR o Edital acima citado uma vez que, cláusulas do Edital restringe e frustra o caráter competitivo da Licitação, afrontando sobremaneira a Lei 8.666/93, conforme descrição abaixo:

- O Edital não permite a participação de empresas em forma de consórcio.
- O edital exige acervo técnico de serviços simplesmente complementares e que representam



RONDÔNIA

Governo do Estado

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
Av. Farquar c/Pio XII, Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Jamari, 5º andar. CEP: 76.801.470
Fone: (69) 3216.7265 – 3216-7244 / Fax: 3216.7266
CNPJ: 04.285.920/0001-54

parcelas insignificantes do valor total da obra (item 5= 13,48% e item 6=0,97%).

Após a análise do Edital, constatamos incoerência e conflito de exigências uma vez:

1. A parte mais importante da obra é a estrutura metálica (53%). Como é possível exigir acervo técnico de itens que quase nada representam no valor total da obra? (Ver item 3.2 da Conclusão, em anexo)

2. A iluminação e SPDA são serviços que seguramente podem ser sub-empregados, visto que representam tão somente acessório e complementos da obra (Exemplo: Iluminação da Ponte sobre o Rio Madeira em PVH).

3. Exige-se que a empresa tenha executado uma passarela metálica de apenas 20,0 m./184,0 m. e ao mesmo tempo executado iluminação e SPDA, caracterizado incoerência, haja visto que o mesmo Edital diz que não há complexidade técnica para tal.

2. EM ATENÇÃO A ANÁLISE DA EMPRESA

2.1. Da vedação de consórcio

O primeiro ponto abordado pela empresa menciona à vedação de consórcio estabelecida por este Departamento, visto que o item 1.7.1. do Acórdão 2869/2012-Plenário e ainda o art. 33 da Lei 8.666/93, descrevem o poder discricionário da Administração em permitir ou não a participação de Consórcios. Vejamos:

1.7.1. Vedação à participação de empresas em consórcio: a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento pacificado na jurisprudência do Tribunal de Conta da União (Acórdãos 1.636/2006 e 566/2006, ambos do Plenário). **Acórdão 2869/2012-Plenário item 1.7.1**

Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:



RONDÔNIA
Governo do Estado



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
Av. Farquar c/Pio XII, Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Jamari, 5º andar. CEP: 76.801.470
Fone: (69) 3216.7265 – 3216-7244 / Fax: 3216.7266
CNPJ: 04.285.920/0001-54

Grifo Nosso

Em anexo, segue cópia da Justificativa Decisória, na íntegra, a mesma que consta nos autos do processo (Fl. 734/735), a fim de subsidiar melhor a decisão interposta por este Departamento.

Em tempo, nota-se que o interessado ao protocolar sua Impugnação teve conhecimento dos motivos a cerca da decisão de vedação de consórcios, sendo em que o mesmo não apresentou nenhum motivo controverso neste item específico.

2.2. Do Acervo e Qualificação Técnica

O segundo questionamento, trata a cerca da Exigência quanto à apresentação de Acervo Técnico, citando afrontamento a Lei de Licitação.

Trata-se de um equívoco por parte do Interessado, pois, o parágrafo I, art. 30, da Lei 8.666/93 é claro ao descrever sobre a qualificação técnica, vejamos:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

[...]

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

(Grifo meu)



RONDÔNIA

Governo do Estado

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
Av. Farquar c/Pio XII, Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Jamari, 5º andar. CEP: 76.801.470
Fone: (69) 3216.7265 – 3216-7244 / Fax: 3216.7266
CNPJ: 04.285.920/0001-54

2.2.1. PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA

Levamos em consideração a classificação dos itens de maior relevância por meio da técnica da curva ABC, que se baseia no princípio de Pareto, também conhecido como princípio dos “poucos significantes e muitos significantes”, conforme citado na citada na Portaria–SEDECEX nº 33, de 7 de Setembro de 2012, pelo TCU, também conhecido como Roteiro de Auditoria de Obras Públicas do TCU, vejamos:

Curva ABC - É resultante do princípio de Pareto, também conhecido como princípio dos “poucos significativos e muitos insignificantes”, que serve para distinguir os itens mais importantes dos de menor importância. É composta por três faixas: a faixa A, que abrange cerca de 20% do total de todos os itens do orçamento e corresponde a cerca de 80% do seu valor total; a faixa B, com cerca de 30% dos itens, correspondendo a cerca de 15% do valor total; e a faixa C, com aproximadamente 50% dos itens, equivalendo a apenas cerca de 5% do valor total.
(Grifo meu)

Pela legislação, para qualificação técnica deve se buscar os itens da obra que sejam relevantes e significantes para execução da obra, resguardado a sua equivalência com obras com as mesmas características.

(...)para o qual as exigências de comprovação da capacitação técnico-profissional devem ficar restritas às parcelas do objeto licitado que sejam, cumulativamente, de maior relevância técnica e de valor significativo, e que devem estar previamente definidas no instrumento convocatório, como impõe o inciso I do § 1º do art. 30 da Lei n.º 8.666/93 (Acórdão n.º 1328/2010-Plenário, TC-000.051/2010-1, rel. Min. Aroldo Cedraz, 09.06.2010.).

Dentro desta premissa, aplicando-se na curva ABC (Curva de Pareto) constante do Edital, 20% dos itens são representados por 34 (trinta e quatro) itens na qual os mesmos atingem 88,7834% do total do Orçamento.



RONDÔNIA
Governo do Estado



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
Av. Farquar c/Pio XII, Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Jamari, 5º andar. CEP: 76.801.470
Fone: (69) 3216.7265 – 3216-7244 / Fax: 3216.7266
CNPJ: 04.285.920/0001-54

Todos os itens solicitados para compor o acervo técnico são os itens representativos dentre os 20%. Logo são os itens considerados significativos. No caso concreto de acordo com a Súmula nº 263/2011/TCU, foi observado às parcelas de maior relevância e valor significativo simultaneamente.

2.2.2. DA RELEVÂNCIA TÉCNICA

É válido considerar que a obra em questão trata-se de uma escultura urbana com estrutura artística ondulada metálica e iluminação cênica, sendo de suma importância a apresentação de qualificação e acervo técnico conforme Item 5 do Termo de Referência, podendo ser com características equivalentes ou superior ao mencionado.

Para a “Iluminação” como indicada, na verdade trata-se de um projeto de Luminotécnica em LED, onde o próprio autor do projeto informa em seu memorial descritivo (Fl. 130) que o mesmo trata-se de uma solução não convencional, vejamos:

2.2.4 LUMINOTÉCNICO

O objetivo do projeto luminotécnico é destacar o permanente movimento da estrutura sugerido pela arquitetura, com oferecimento de variadas cores, todas de tonalidade leve e focos diversificados.

[...]

Por se tratar de uma solução não convencional de iluminação, pois foi idealizada em LED...

[...]

(Grifo Meu)

Quanto ao SPDA – Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas, temos uma questão de atualização pelo profissional responsável com a atualização da norma NBR 5419/2015, trazendo novas exigências com o intuito de aumentar a segurança das pessoas, como também o gerenciamento riscos.

A importância do SPDA, busca a proteção efetiva a pessoa e a instalação. No caso concreto temos uma obra que é captor natural, na qual se torna relevante o profissional que tenha o conhecimento técnico de sua execução.



RONDÔNIA
Governo do Estado

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS, RODAGEM, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
Av. Farquar c/Pio XII, Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Ed. Rio Jamari, 5º andar. CEP: 76.801.470
Fone: (69) 3216.7265 – 3216-7244 / Fax: 3216.7266
CNPJ: 04.285.920/0001-54

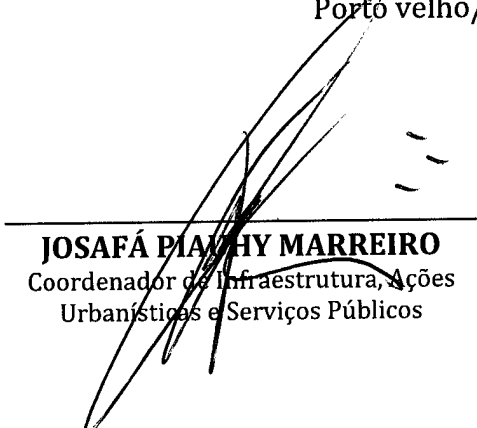
3. CONCLUSÃO

Do exposto, vale ressaltar que esta localidade está em uso pela população, e ter nesta seara uma empresa que já possui acervo e qualificação técnica é de suma importância, para a segurança da pessoas que as utilizam.

Todos os apontamentos foram justificados, sendo suficiente para a continuação do certame, não sendo necessária nenhuma correção.

É o parecer.

Porto velho/RO, 17 de Agosto de 2016.


JOSAFÁ PIAZHY MARREIRO
Coordenador de Infraestrutura, Ações
Urbanísticas e Serviços Públicos